

## A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROGRAMA DE USO PÚBLICO DO PARQUE ESTADUAL DO JARAGUÁ, SP

Maíra Arantes Leite Wick<sup>1</sup>

Luciano Fernandes Silva<sup>2</sup>

### Resumo

Diante do fato de que algumas pesquisas indicam baixa problematização teórico-prática nas propostas de educação ambiental implementadas em parques, este artigo apresenta como principal objetivo investigar os pressupostos teórico-metodológicos que norteiam a implementação do programa de educação ambiental do Parque Estadual do Jaraguá, localizado no município de São Paulo, os desafios e as contribuições ao se propor um programa educativo para uma área protegida. Acredita-se que a abordagem qualitativa é a melhor opção para esse tipo de investigação, optando-se pela coleta de dados do documento oficial (plano de manejo) do parque selecionado. Depois de concluída essa fase, foram sistematizados e analisados os dados com base no método análise de conteúdo. A partir da análise do documento, ficou evidenciado um baixo aprofundamento teórico e metodológico, em função, principalmente, da forma sucinta pela qual apresenta os objetivos e atividades propostas para esse programa.

**Palavras chave:** Educação ambiental, unidade de conservação, gestão ambiental, problemática ambiental.

### Abstract

Given the fact that some studies indicate a low questioning theoretical-practical on proposals of environmental education implemented in parks, this article presents as main objective investigate the theoretical and methodological assumptions that guide the implementation of the environmental education program of Jaragua State Park located in the municipality of São Paulo, the challenges and contributions to propose an educational program for a protected area. It is believed that a qualitative approach is the best option to this research and the data, opting for data collection of official document (management plan) of state park selected. After completion this phase, were systematized and analyzed the collected data based on content analysis method. From the analysis of the document, became evident a low deepening theoretical and methodological, mainly due to the way in which succinctly presents the objectives and proposed activities for this program.

**Keywords:** Environmental education, conservation unit, environmental management, environmental issues.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP – Campus de Rio Claro, linha de pesquisa em “Educação Ambiental”. **E-mail:** [mawick@gmail.com](mailto:mawick@gmail.com)

<sup>2</sup> Docente da UNIFEI; Participa como docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP – Campus de Rio Claro. **E-mail:** [lufesilva@uol.com.br](mailto:lufesilva@uol.com.br)

## Introdução

Este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa cujo objetivo central é identificar os pressupostos teórico-metodológicos que norteiam o programa de Educação Ambiental (EA) do Parque Estadual do Jaraguá (PEJ), localizado no município de São Paulo. Procura-se avaliar as possíveis correspondências com as práticas de educação ambiental desenvolvidas nesse espaço, a fim de investigar os desafios e as contribuições ao se propor um programa educativo para uma área protegida.

Alguns trabalhos anteriores já se propuseram a debater as atividades de EA desenvolvidas em Unidades de Conservação (UCs), cada qual com suas particularidades. Toledo (2002), por exemplo, investigou os subprogramas de EA de Parques Estaduais do Estado de São Paulo, segundo a qual justificava-se pelo aumento do número de visitantes o que indica “crescente interesse da sociedade por questões ligadas ao meio ambiente”. Ainda assim, a autora constatou existir poucos estudos sobre atividades que permitem um maior contato com a natureza, seja para fins de contemplação, lazer ou educação e afirma que estas têm aumentado e se diversificado, inclusive através de programas de EA em UCs. No entanto, considerando as preocupações ligadas às garantias de proteção e conservação dessas áreas, é fundamental que o programa de EA seja planejado e implementado em conformidade com esse propósito.

Toledo (2002) pretendeu, inicialmente, investigar a existência de programas de EA em desenvolvimento nos parques selecionados e, em caso afirmativo, promoveu sua análise. Dentre os objetivos dos programas, destacamos alguns dos temas por ela encontrados: “proteção da unidade de conservação”, “desenvolver uma postura crítica e buscar soluções para os problemas ambientais”, “proporcionar o contato direto com a natureza” e “envolver a comunidade local e valorizar sua cultura”. No caso das atividades desenvolvidas, variaram entre palestras, trilhas interpretativas, atividades lúdicas, exposições, teatro, dinâmicas, jogos e brincadeiras, estudo do meio, cursos de capacitação, entre outros. Entretanto, a autora não apresentou a maneira como essas atividades foram realizadas, sendo as três primeiras as mais frequentes. Foi verificado, no entanto, que as atividades se sobrepuseram aos diferentes subprogramas de EA, interpretação da natureza e de turismo e com o mesmo propósito.

Segundo Toledo (2002), ao definir os objetivos de um programa de EA, não se pode ignorar que este deve contribuir para um processo educativo contínuo. Lembrando a passagem da Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA, que diz ser a educação ambiental “um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, 1999).

Essas observações levaram a autora a concluir que, apesar da diversidade de temas abordados, prevaleceram àqueles relacionados aos aspectos naturais em detrimento aos aspectos sociais, econômicos e políticos. Ao formular críticas sobre as atividades de EA afirmou que “não devem limitar-se à transmissão de informações voltadas para a conservação dos recursos naturais [ou o que ela chama de ‘conteúdos puramente ecológicos’]” (TOLEDO, 2002, p. 5).

Toledo (2002) apenas tangenciou a questão do envolvimento das comunidades com os parques estaduais, enquanto Dias (2006) aprofundou sua discussão sobre o tema. A autora define como problema central da pesquisa “buscar compreender as relações que se estabelecem entre as esferas do poder público, a gestão e a população local em relação a UCs” (DIAS, 2006, p. 29-30), sendo seu principal objetivo discutir como a EA pode ser uma mediadora no processo de interação entre eles e possíveis conflitos decorrentes dela.

A autora sugere que os conselhos sejam espaços facilitadores tanto para o planejamento quanto para o desenvolvimento de atividades educativas e, partindo dessa diretriz, se propõe investigar se a criação de conselhos realmente tinha como propósito uma gestão participativa. Após as avaliações realizadas, não encontrou resultados satisfatórios e concluiu ser necessário estabelecer uma maior integração entre a população e a área protegida e que a EA – especialmente no caso de Estações Ecológicas - ESEC com maiores restrições de uso e acesso à área – “possa [...] se firmar enquanto mediadora entre os interesses da população e as restrições legais nesta categoria de manejo de Unidade de Conservação” (DIAS, 2006, p. 116), se não através dos conselhos, por meio da criação de um Centro de EA.

Uma pesquisa mais abrangente foi desenvolvida por Valenti (2010), que identificou a partir da análise de questionários enviados às UCs brasileiras, que grande parte delas tem “incorporado alguns princípios das novas tendências da educação ambiental e das políticas públicas elaboradas nos últimos anos no Brasil” (p. 89), com destaque para a educação no processo de gestão ambiental, embora tenha observado também certo distanciamento entre o discurso e a prática. Ainda assim, após acompanhar algumas atividades de visitação em UCs do Estado de SP, concluiu haver também um predomínio na abordagem de conteúdos biológicos/ecológicos, corroborando com os resultados encontrados pelas pesquisas citadas anteriormente.

Entende-se que o problema não está no simples fato de se abordar, ou não, os conteúdos biológicos/ecológicos, mas sim em entender os pressupostos teórico-metodológicos que norteiam estas abordagens e que também indicam uma possível vertente, concepção de EA. Acredita-se que, independente da vertente da EA adotada, é de suma importância existir uma coerência entre o que é proposto e o que é praticado, para poder estimular discussões mais elaboradas acerca das potencialidades e dificuldades de se implementar um programa de EA em UCs, caso contrário, esvazia-se de sentido.

Nesse sentido, como bem explica Quintas (2006, p. 16), os programas de EA podem contemplar diversos temas e também existir diversas abordagens e, em função disso, afirma que o modo como “determinado tema é abordado em um projeto de Educação Ambiental, define tanto a concepção pedagógica quanto o entendimento sobre a questão ambiental assumidos na proposta”.

Parte do interesse em investigar como as propostas de EA são elaboradas, institucionalizadas e praticadas em algumas UCs também se deve ao fato de pesquisas indicarem uma baixa problematização teórico-prática (LOUREIRO, 2006) nas propostas de educação ambiental implementadas em parques, como é o caso de Valenti (2010), que ao comparar dois grupos de UCs (um grupo que adotara o ProNEA como documento de

referência e o outro que não o fez), constatou em ambos a falta de articulação entre os objetivos propostos para as ações educativas e as atividades desenvolvidas.

O intuito, no presente artigo, é investigar se essa falta de articulação ocorre no programa de EA desenvolvido no Parque Estadual do Jaraguá/SP, buscando subsídios que nos permitam fazer uma análise crítica. A cidade de São Paulo foi escolhida em razão de ser a maior metrópole do país representada por uma área de 1.523,278 km<sup>2</sup>, cuja população já atingiu cerca de 11.253.503 habitantes (IBGE, 2010), e ainda assim, “[...] concentra 10% da população brasileira com baixíssimos índices de área verde por habitante” (SÃO PAULO, 2012b). De acordo com Lutzenberger (1980, p. 34), “[...] o crescimento urbano é caótico” e é “[...] notório o déficit de áreas verdes nos conglomerados urbanos” (p. 33).

No município<sup>3</sup>, existem quatro Parques Estaduais, dois Parques Municipais<sup>4</sup>, três Áreas de Proteção Ambiental<sup>5</sup> - APAs e duas Reservas Particulares do Patrimônio Natural<sup>6</sup> - RPPNs. Os quatro Parques Estaduais estão em conformidade com o interesse investigativo, pois incorporaram programas educativos aos seus planos de manejo, todos vinculados à conservação. Também enquadram-se em uma categoria de manejo que concilia o uso público com a conservação, que por sua vez, implica na permissão de realizar pesquisas científicas e também atividades de interpretação e educação ambiental (BRASIL, 2000). Dois desses parques mostraram-se semelhantes em relação aos conflitos de interesses sobre o uso da área: Parque Estadual Alberto Löfgren (PEAL) e Parque Estadual do Jaraguá (PEJ). Devido sua localização, ambos são procurados por muitos visitantes em busca de espaços para recreação confundindo-se, muitas vezes, com as características de parques urbanos (SÃO PAULO, 2012a). Enquanto os parques urbanos são criados com o intuito de proporcionar à população áreas de lazer e recreação no meio urbano, as UCs possuem como principal objetivo delimitar uma área para controlar e regular o uso e acesso aos recursos naturais, sendo que, por meio dos programas de uso público (englobando a EA), as equipes das UCs procuram divulgar a importância dessas áreas para a conservação da natureza.

Importante mencionar que este trabalho volta-se exclusivamente para o Parque Estadual do Jaraguá. Posteriormente, com o desenvolvimento da pesquisa, coletaremos dados do Parque Estadual Alberto Löfgren. Os resultados do presente artigo se concentram, portanto, na busca dos referenciais teórico-metodológicos da educação ambiental presente no subprograma de educação ambiental do programa de uso público do PEJ, visando identificar seus objetivos e práticas, tendo como referência os documentos oficiais da UC.

---

<sup>3</sup> Informações retiradas do banco de dados do Cadastro Nacional de UCs - CNUC do Ministério do Meio Ambiente – MMA em Abril de 2012.

<sup>4</sup> Parque Natural Municipal da Cratera de Colônia e Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo.

<sup>5</sup> APA Capivari-Monos, APA Bororé-Colônia e APA Várzea do Tietê.

<sup>6</sup> RPPN Sítio Curucutu e RPPN Mutinga.

## **Procedimentos metodológicos**

Considerando a questão-problema da pesquisa, entende-se que a abordagem qualitativa é a melhor opção para desenvolver essa investigação, possibilitando analisar realidades particulares.

A pesquisa qualitativa, de acordo com Lüdke e André (1986, p. 18), é a que “[...] se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”, ideia firmada anteriormente por Bogdan e Biklen (1994, p.47-50), que apontam mais detalhadamente como principais características da investigação qualitativa:

- 1- [...] a fonte directa de dados é o ambiente natural [...] os dados são recolhidos em situação e complementados pela informação que se obtém através do contacto directo [...] Os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto;
- 2- A investigação qualitativa é descritiva [...] os investigadores [...] tentam analisar os dados em toda a sua riqueza, respeitando, tanto quanto o possível, a forma em que estes foram registrados ou transcritos;
- 3- Os investigadores qualitativos se interessam mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos;
- 4- Os investigadores qualitativos [...] Não recolhem dados ou provas com o objectivo de confirmar ou infirmar hipóteses construídas previamente.

### **a) Coleta de dados**

Nessa fase, foi consultado o plano de manejo do Parque Estadual do Jaraguá, disponível para consulta pública no sítio eletrônico do seu órgão gestor, a Fundação Florestal. Nesse documento estão previstas normas e regras para os possíveis usos e acessos à área, além de contemplar o programa de uso público e de educação ambiental. No caso da existência de alguma parceria com qualquer instituição, foram analisados os materiais de divulgação e de apoio que pudessem servir como material didático-pedagógico do programa de educação ambiental.

### **b) Análise de dados**

A análise dos dados coletados no documento, das observações e das entrevistas foi pautada pelo método de análise de conteúdo, proposto por Bardin (1991). Segundo a autora, são necessárias três fases para organizar a leitura: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A primeira etapa, de pré-análise, consiste na organização dos conceitos, na sistematização das ideias contidas nos documentos. Nessa fase são definidos: “a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (BARDIN, 1991, p. 95).

Após a seleção dos materiais a serem utilizados como referencial teórico e delimitado o problema de pesquisa, faz-se necessário explorá-lo. Nessa segunda etapa proposta por Bardin, “exploração do material”, realizar-se-á um estudo aprofundado dos dados, buscando identificar conceitos similares e divergentes ao problema proposto.

Posterior a essa exploração, segue-se para a terceira etapa, da qual resultará um quadro teórico, a partir do qual pode-se interpretar e refletir sobre os conceitos que dizem respeito aos objetivos propostos (BARDIN, 1991).

### **Resultados e discussões**

A partir do primeiro levantamento de dados, que consistiu na investigação da existência de programas de EA implementados pelo Parque Estadual do Jaraguá, iniciou-se a segunda fase. Como pré-requisito para seu desenvolvimento, submeteu-se a pesquisa ao Comitê Técnico-Científico - COTEC para apreciação. Após o retorno favorável, cuja aprovação ocorreu em 21 de Março de 2013, foi realizado um contato com a administração do parque para agendamento de visitas. Nesse momento, a atenção se concentrou na análise dos documentos oficiais acerca do programa de EA, sendo esta a primeira pesquisa deste tipo desenvolvida no Parque. Toledo (2002) fez relatos sobre visitas ao PEJ, mas o plano de manejo ainda não havia sido aprovado na época. Pode-se considerar que, embora esse documento seja recente, é uma referência para se tecer reflexões decorrentes de sua análise.

A área do PEJ abrange aproximadamente 492 hectares e constituía, no passado, uma fazenda cuja propriedade foi adquirida em 1940 pelo Governo do Estado. Somente 21 anos após a aquisição, consolidou-se a criação do Parque Estadual do Jaraguá. Localizado no bairro Jaraguá, cidade de São Paulo, o parque abriga parte do remanescente de Mata Atlântica da Região Metropolitana (RMSP) e é recortado por montanhas que atingem uma altitude de 1.135 metros, sendo por isso, popularmente conhecido como Pico do Jaraguá.

O processo de elaboração do plano de manejo da UC teve início em 2003, mas só foi concluído em 2010. Dentre os programas de gestão<sup>7</sup>, encontra-se o de uso público (PUP), cujo principal desafio na sua criação girou em torno da questão de ser um dos parques “Amplamente utilizados para prática de atividades de lazer e recreação [...]” (SÃO PAULO, 2010, p. 306), não podendo esquecer que seu objetivo central é a conservação da área.

A área destinada ao lazer foi implantada em 1970 e, conforme o documento, estava “voltada ao turismo, que no geral não privilegiava temas relacionados ao meio ambiente” (SÃO PAULO, 2010, p. 307). Diante dessa constatação, considerando ainda a reestruturação ocorrida nos órgãos ambientais e as mudanças nas tarefas atribuídas aos órgãos gestores ao longo dos anos, desde 2007 a Fundação Florestal (FF), atual gestora da UC, vem buscando conciliar a recreação com os objetivos de conservação e EA.

Um caminho encontrado para conciliar a recreação com os objetivos educacionais e de conservação foi através da formalização de um programa de EA. Diversos grupos são atendidos mediante agendamento pelo programa, que possui um Núcleo de Educação Ambiental do PEJ - NEAPEJ. O núcleo é composto por uma equipe que consiste em uma coordenadora e quatro monitores ambientais. Os últimos participaram de um curso, em 2010, intitulado “co-formação para monitores do Programa Criança Ecológica e Trilhas de São

---

<sup>7</sup> Segundo definição constante no plano de manejo, os programas de gestão “[...] buscam refletir todo o universo de ações necessárias para a implantação e consolidação do Parque Estadual do Jaraguá, assim como da sua Zona de Amortecimento, num horizonte de cinco anos [...]” (SÃO PAULO, 2010, p. 222).

Paulo” (SÃO PAULO, 2010) e conforme consta no documento, é objetivo da monitoria “[...] estimular a reflexão sobre a importância da unidade de conservação” (p. 315).

Vale ressaltar que o programa “Criança Ecológica”, criado em 2009 pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo - SMA e citado no plano de manejo, atualmente está suspenso em função da mudança de governo ocorrida em 2011. Outro projeto citado, criado em 2008 e ainda em vigor, é o Projeto Trilhas de São Paulo<sup>8</sup>, e segundo análise de seu questionário de avaliação, o “motivo da visita é, predominantemente, atividades de lazer (89%).” (SÃO PAULO, 2010, p. 308).

Em relação ao PUP, que contempla o programa de EA, destacam-se as palestras e trilhas interpretativas dentre as atividades realizadas “com um trabalho de sensibilização do visitante” e atividades de interpretação ambiental, principal ferramenta utilizada para a EA. Além disso, o programa de EA fornece às escolas agendadas um material de apoio, contendo informações gerais sobre a UC, normas de conduta e textos de apoio ligados à temática de meio ambiente (SÃO PAULO, 2010).

Dias (2008) avaliou alguns planos de manejo de parques estaduais e identificou que as atividades mais citadas foram as trilhas interpretativas e a realização de palestras, o que segundo a autora, indicam uma “fragilidade conceitual” da EA. Os resultados, semelhantes aos apresentados por Toledo (2002), no qual algumas atividades se sobrepõem aos subprogramas de EA e de interpretação da natureza, sugerem a existência, predominantemente, de uma “educação conservacionista”.

Somente pela análise do documento não foi possível verificar se houve ou não a incorporação de novas tendências da EA (como o caso da educação no processo de gestão participativa), conforme diagnosticado por Valenti (2010). Porém, ainda que as atividades realizadas no PEJ sejam predominantemente as mesmas que as constatadas em pesquisas anteriores (DIAS, 2008; TOLEDO, 2002), isso não indica necessariamente que a concepção de EA seja a mesma, pois depende também dos pressupostos teórico-metodológicos que a norteiam e que, por sua vez, influenciam na forma como os temas que permeiam essas atividades são abordados.

Embora também não tenha sido possível identificar quais são os temas abordados durante essas atividades ou mesmo os procedimentos metodológicos que as precedeu, a análise do plano de manejo permitiu identificar alguns dos objetivos propostos:

[...] desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações; o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social e o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente (SÃO PAULO, 2010, p. 334).

---

<sup>8</sup> Seu principal objetivo é fornecer, por meio do passaporte, informações acerca da UC, contribuindo portanto, com sua divulgação. No PEJ, apenas duas trilhas estão integradas ao projeto (SÃO PAULO, 2010).

Entende-se que esses objetivos podem ser alcançados através das atividades de EA propostas, desde que bem fundamentadas e articuladas à realidade do PEJ. Entretanto, é necessário que essa área seja, a priori, reconhecida pelo público em geral. Para se alcançar essa meta, apresenta-se como estratégia o programa de uso público.

Pensando na articulação entre os objetivos e as atividades do programa de EA do PEJ, foram encontradas referências à implantação de um mecanismo de avaliação específico, o que condiz com uma de suas diretrizes: “Tão importante quanto implantar as atividades de Educação Ambiental é criar mecanismos de avaliação que permitam o aprimoramento das ações” (SÃO PAULO, 2010, p. 334), que assegurariam uma articulação entre o planejamento e a execução. De acordo com Toledo (2002) esta é uma ação positiva devido à sua importância, principalmente para obter um parâmetro e retornar aos objetivos propostos, avaliando-se se estão em conformidade com o que foi praticado.

Foram estabelecidas diretrizes, linhas de ação, objetivos e indicadores, para cada programa de gestão. Também foi proposta a criação de um banco de dados que contivesse o registro, entre outras informações, do perfil do visitante, da qualidade do serviço de monitoria e do número de visitas, informações consideradas fundamentais para o monitoramento e planejamento das atividades vinculadas ao programa de uso público. Estes dados serviriam como fontes de verificação para os indicadores previamente criados e que deveriam ser, posteriormente, medidos (SÃO PAULO, 2010). No entanto, não se encontrou um modelo de avaliação ou questionário aplicado às visitas, conforme sugerido.

Contudo, embora tenha sido implantado um sistema de avaliação para o aprimoramento das atividades de EA realizadas, averiguou-se que o prazo estimado pelo PEJ para a revisão do plano de manejo é de cinco anos. Isso indica baixa frequência de planejamento, devido sua importância, pois este auxiliará “na formulação dos objetivos e na escolha das atividades que serão desenvolvidas pelo programa” (TOLEDO, 2002, p. 84).

Além do PUP e visando ampliar as atividades educativas desenvolvidas no parque, que segundo o diagnóstico realizado demonstra que “O número de atividades ambientais realizadas no PEJ é bastante restrito e atinge uma pequena parcela dos visitantes” (SÃO PAULO, 2010, p. 335), há também um projeto em andamento desde 2012, em parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, intitulado “Lugares de Aprender: A Escola sai da Escola”. Ele faz parte de um programa denominado “Cultura é Currículo”. Seu principal objetivo é estimular e promover o acesso de escolas da rede pública estadual aos espaços não formais de ensino (SÃO PAULO, 2012c) e dentre eles, destacam-se os parques, que integram a cultura e o patrimônio nacional.

Visando alcançar os objetivos da visita às áreas naturais, o projeto fornece material pedagógico de apoio, elaborado de acordo com a faixa etária e o eixo temático respectivo, servindo como um guia para o planejamento realizado pelo professor para a atividade agendada. Entende-se que esse projeto está em conformidade com um dos princípios da PNEA, de que a EA deve ser um processo contínuo e articulado aos diferentes espaços educativos. Sabe-se que o parque estadual, embora prime pela conservação da área, também



se constitui como um espaço educativo e apresenta potencialidades e dificuldades no tangente às práticas de educação ambiental.

Espera-se, assim, com os resultados desta pesquisa, poder contribuir com a divulgação de iniciativas sobre as práticas de educação ambiental em áreas protegidas e que estas possam servir de modelo para inspirar a implementação de futuros programas de EA em UCs que ainda não o tenham feito.

### **Considerações finais**

O programa de EA do Parque Estadual do Jaraguá é relativamente recente e por esse motivo supõe-se que seu planejamento foi favorecido a partir das experiências vividas e dificuldades diagnosticadas anteriormente em outros parques. Ainda assim, utilizando como referência o plano de manejo, notou-se certa brevidade na descrição dos objetivos e atividades propostas para esse programa.

O parque, por sua vez, possui autonomia para planejar e instituir um programa de EA e embora exista um capítulo destinado à sua descrição, foi constatado que o aprofundamento teórico, ou metodológico, praticamente não ocorreu. Também não foi explicitada qual a vertente da EA que serviu de suporte para o planejamento das atividades. Porém, com base nos dados dos questionários e avaliações do projeto “Trilhas de São Paulo”, que ocorre paralelamente, identificou-se um grande desafio ao se propor atividades educativas para o PEJ e que se caracteriza pelo fato de ser uma área propícia ao desenvolvimento de atividades de lazer e recreação, majoritariamente.

Uma possível reavaliação e reestruturação do programa somente deverá ser realizada depois de, pelo menos, cinco anos, ou seja, em 2015, prazo estipulado pelo PEJ para revisão do plano de manejo. Em função disso, foi possível observar que o documento está desatualizado, já que atualmente, o projeto “Lugares de Aprender: A Escola sai da Escola”, desenvolvido em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo substituiu o programa anterior, denominado “Criança Ecológica”.

Contudo, tanto o programa de EA vinculado ao PUP quanto as atividades de EA realizadas em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, contribuem para a divulgação da UC, que vai se consolidando como espaço educativo ao incorporar novos significados para a área protegida. Isso significa que, se anteriormente havia uma preocupação exclusiva com ações de conservação, atualmente existe também uma preocupação com ações que permitam uma maior integração da sociedade com a UC.

No entanto, estas considerações são apenas parciais, uma vez que às questões as quais pretende-se responder são muito mais amplas. Numa fase posterior, por meio de observações sistematizadas, serão acompanhadas as atividades realizadas e que estão integradas aos programas educativos do PEJ.

### **Referências bibliográficas**

ANDRÉ, M. E. D. A.; LÜDKE, M. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro (Trad). Lisboa: Edições 70, 1991.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994. Título original: Qualitative Research for Education.

BRASIL. LEI N. ° 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 28 abr. 1999.

\_\_\_\_\_. LEI N. ° 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III, VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 19 jul. 2000.

DIAS, C. M. **Poder público, processo educativo e população**: o caso da Estação Ecológica de Angatuba, SP, Brasil. 2008. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2008.

IBGE. **Censo demográfico 2010**: Resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LUTZENBERGER, J. A. **Fim do futuro?** Manifesto ecológico brasileiro. Porto Alegre: Movimento, 1980.

QUINTAS, J. S. (Org.). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. 3. ed. Brasília: IBAMA, 2006. 204 p. (Coleção meio ambiente).

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO Secretaria do Meio Ambiente. Fundação Florestal. **Plano de manejo do Parque Estadual Jaraguá**. São Paulo, 2010. 404 p.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Meio Ambiente. Instituto Florestal. **Plano de manejo do Parque Estadual Alberto Löfgren**. São Paulo, 2012a. 710 p.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Meio Ambiente, Instituto Florestal. 2012b. **O Cinturão verde**. Disponível em: <[http://www.iflorestal.sp.gov.br/rbcv/cint\\_verde.asp](http://www.iflorestal.sp.gov.br/rbcv/cint_verde.asp)>. Acesso em: 2 Ago. 2012b.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação. **Projeto Lugares de Aprender**: a escola sai da escola. 2012c. Disponível em: <<http://culturaeducacao.fde.sp.gov.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

TOLEDO, R. F. Educação ambiental em Unidades de Conservação do Estado de São Paulo. 2002. 169 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

VALENTI, M. W. **Educação ambiental e biodiversidade em unidades de conservação**: mapeando tendências. 2010. 97 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e recursos naturais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.